

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: folha de São PauloClass.: 61Data: 19 de julho de 1982

Pg.: _____

Pequeno Grande Carajás

Parece ser o destino nacional caracterizar cada administração pelo fragoroso fracasso de seu mais exuberante projeto. E a razão para o malogro é sempre a inoportunidade da proposta e a exorbitância de suas dimensões. Assim foi com a Transamazônica do governo Médici e com o Acordo Nuclear da administração Geisel, que precederam o projeto Grande Carajás, do mandato Figueiredo. As imensas reservas minerais de alto teor de ferro, de manganês, de alumínio, de cobre e de níquel, além de outras de menor importância, se estendem por 800 mil quilômetros quadrados pelos Estados de Goiás, Maranhão e Pará, constituindo a maior província mineral do globo. Uma riqueza que adequadamente explorada poderia contribuir de maneira expressiva para o desenvolvimento sócio-econômico do Norte do País. Entretanto, devido à precipitação com que está sendo implantado o projeto, poderá vir a constituir apenas mais um equívoco econômico e outro desastre social.

A saturação do mercado internacional pela oferta excessiva fez com que os preços reais de praticamente todos os produtos minerais fossem reduzidos sistematicamente durante essas últimas duas décadas. O minério de ferro, principal material a ser extraído de Carajás, não somente está com o consumo mundial em acelerado declínio, como ainda com um excesso de oferta que provocou, por vezes, vendas a preços inferiores aos custos de produção. Em realidade, os atuais preços dos minérios que serão produzidos em Carajás remuneram geralmente apenas a mão-de-obra e o investimento. O valor intrínseco da matéria-prima é praticamente ignorado.

A concorrência insana estabelecida entre os países exportadores de minérios, sagazmente estimulada pelos países industrializados, será ainda mais agravada pela participação de Carajás. Além do mais, as reservas mundiais inventariadas das cinco

principais matérias-primas a serem produzidas em Carajás, a maior parte delas já mobilizadas e com infra-estrutura já implantada, são suficientemente extensas para assegurar o fornecimento internacional por 30 ou 40 anos. Custos de investimentos já amortizados garantem preços reduzidos para uma parcela apreciável das reservas atualmente em produção durante os próximos 20 anos. Como consequência dessa circunstância adversa para a introdução de novos fornecedores no mercado internacional, o governo brasileiro se viu obrigado a patrocinar uma dispendiosa infra-estrutura, sem a qual o empreendimento não seria atraente para capitais nacionais ou estrangeiros, além de uma plêiade de subsídios adicionais que, em última instância, recai sobre a poupança popular.

Em consequência, muitos são os analistas que estão convencidos de que a principal motivação para implementar a exploração das reservas de Carajás, no ritmo acelerado em que está sendo executada, é o aporte de divisas que, por uma série de mecanismos financeiros, pode ser efetuado a curto prazo. Nestas condições, a implantação do Projeto Carajás contribuiria para a cobertura do serviço da dívida externa nesses próximos dois ou três anos, embora, a médio e longo prazo, quando já em produção, Carajás viesse a participar apenas moderadamente do esforço para o equilíbrio da balança de pagamento, devido à ampliação da dívida externa que a implementação do projeto está impondo.

A inusitada iniciativa, submetendo à concorrência internacional os privilégios sobre reservas já medidas e concedidas à empresa estatal Vale do Rio Doce, confirma as ilações de que a intenção do governo é usar Carajás para a captação imediata de divisas. O esgotamento da maior reserva mineral do mundo serviria portanto ao modesto propósito da dilatação de prazos e não ao resgate da dívida externa como sugere a retórica oficial.